

Ata de audiência pública para apresentação do Projeto de orçamento anual para 2020.

A Prefeitura de São Luís do Piauí, por meio da Secretaria Municipal de Administração, realizou na manhã desta segunda-feira (09/09/2019), às 09:00 horas na Câmara Municipal, audiência pública para apresentação e discussão do orçamento anual para o exercício 2020.

A audiência foi conduzida pelo secretário de Administração, José Adailton de Sousa Chagas, com a equipe de orçamento e de Acompanhamento Administrativo e Financeiro, com a participação dos técnicos de Orçamento, os secretários municipais cada um no seu respectivo orçamento, e por fim, ratificado pelo senhor prefeito. Agora teve início a outra etapa em que dá oportunidade à população, tanto nesta audiência pública quanto através dos seus representantes no Legislativo, fazer a finalização da LOA. A participação popular é imprescindível, no entanto, a gente se depara com uma participação popular pequena, apesar de termos divulgado antecipadamente nos principais veículos de comunicação da cidade” avaliou. Estiveram presentes representantes da Comissão de Orçamento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Educação, além do Presidente do Legislativo e vereadores, além de membros da contabilidade o Sr. Valdeci de Araújo Lima e Sr. José do Egito Lima Júnior, e representante do Controle Interno e setor tributário.

José Adailton de Sousa Chagas, ressaltou que em 2018, o orçamento aprovado para este ano (2019) foi em valor total de R\$ 12.898.484,00. Já o orçamento para 2020, prevê uma receita no valor total de R\$ 13.818.764,00, e como em outros anos, as áreas da saúde e educação serão prioridades. “Temos uma projeção de investir 21,75% em saúde, sendo que o percentual obrigatório é investir 15%. A área da educação investiremos cerca de 27,81% sendo que o obrigatório é investir 25%. Isso mostra mais uma vez, como nos anos anteriores, que a administração do governo Renato, busca aplicar muito mais do que a lei determina em áreas de grande importância. Mais uma vez demonstra que a prioridade desta administração é com a saúde e Educação o orçamento não diverge destes objetivos.

O Controlador Francisco das chagas Araújo, fez uso da palavra e explanou que o orçamento transforma em recursos financeiros os objetivos da administração pública, do poder público e das comunidades organizadas. Sendo assim, o orçamento público é utilizado para gerenciar e controlar a aplicação dos recursos públicos e monitorar os gastos do governo, estabelecendo limites e prudência nos atos de gestão, e ressaltou que a receita do município é constituída pelos recursos dos impostos, taxas e transferências governamentais, e falou da importância da participação popular no acompanhamento e discussão das peças orçamentárias PPA, LDO e LOA, e das ferramentas de consulta que o cidadão tem a seu dispor, citando o caminho e exemplos de informações que podem ser obtidas através do portal da transparência, como sendo um dos meios de consulta mais simples e completo.

Em seguida a Secretária Municipal de Finanças, Sra. Salete Francisca da Silva, falou do sistema de arrecadação municipal e destacou a queda considerável na arrecadação deste ano de 2019, além da perspectiva de oscilações da receita do município para o exercício subsequente, para ela a paralização do crescimento da receita compromete até mesmo os serviços públicos de caráter primordial, que estão sempre em constante crescimento, e ressaltou a dificuldade que os Gestores de municípios do porte de São Luís, encontram para estabelecer um sistema tributário de maior relevância, e aponta como principal causa o número de pessoas de baixa renda que representam a maior parte da população do município.

O Contador Sr. Valdeci, explanou sobre o papel da contabilidade, e destacou, a importância da comunicação e participação entre os órgãos de governo, e também o importante papel da sociedade para os órgãos de controle e de fiscalização da gestão pública, concluindo que para o Contador ter êxito nas suas atribuições e fazer uma boa contabilidade, é necessário que o Gestor faça uma boa gestão, respondeu também a perguntas do Presidente da Câmara Municipal, Sr. Manoel João de Sousa, e da Vereadora Maria Zélia de Sousa Silva, sobre precatórios, encargos sociais e contratação de pessoal, ressaltando que a contratação de pessoal pelos entes públicos tem que ser através de concursos público, ou no mínimo através de teste seletivo, quando tratar de contratação temporária (por tempo determinado, e em seguida, apresentou os Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (RGF) Lei nº 101 de 2000, do 1º (primeiro) e 2º (segundo) Semestre de 2018 e 1º (primeiro) e 2º (segundo) Quadrimestre do ano de 2019, e esclareceu que é praticamente impossível fazer uma audiência pública de elaboração participativa de um projeto orçamentário, sem fazer referência às três peças: PPA, LDO e LOA, que servem de parâmetro para elaboração do orçamento público, ressaltando que os principais objetivos da audiência pública orçamentária: é explicar em cada etapa o PPA, a LDO e a LOA aos gestores públicos e à sociedade em geral; E aproximar a sociedade desses instrumentos legais para sua participação seja ampliada, com a possibilidade de inclusão de projetos e de indicações dos cidadãos.

A Vereadora Maria Zélia de Sousa Silva, explanou sobre a importância da participação e do conhecimento da sociedade sobre gestão pública, para ela somente conhecendo os mecanismos de geração de receitas e despesas e seus objetivos, será possível melhor capacidade de análise e definição por parte da sociedade: do que argumentar ou questionar tendo uma razão mais sólida para elucidar a sua manifestação.

O Presidente do poder Legislativo Sr. Manoel João de Sousa, agradeceu a todos os presentes e lamentou a ausência de grande participação por parte da sociedade, o que para ele é parte fundamental no controle social da gestão pública, e citou as medidas adotadas pelos tribunais de contas e Ministério Público, para disponibilizar meios que possibilitem à sociedade o acompanhamento dos atos executados na gestão pública, e esclareceu que no Portal da Transparência, no Diário Oficial dos Municípios e no Tribunal de Contas do estado, qualquer cidadão pode ter acesso, e esses meios de consultas guardam um grande acervo de informação que são de interesse de toda população.

De acordo com a Constituição Federal, a elaboração do contrato orçamentário deve ser feita com base em três instrumentos legais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Posteriormente à audiência, o documento será encaminhado à Câmara Municipal, quando deverá ser feita nova audiência pública. O orçamento final deve ser votado e aprovado pelos parlamentares até o dia 31 de dezembro. Para que seja aprovado, o orçamento poderá ser modificado pelos vereadores, por meio de emendas parlamentares.

O Plano Plurianual (PPA) se constitui na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual. O PPA é uma lei com vigência de quatro anos, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e às relativas aos programas de duração continuada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece metas, prioridades, metas fiscais e orientará a elaboração da proposta orçamentária. É uma lei de periodicidade anual, que faz o enlaçamento do PPA com a LOA, ou seja, conecta os objetivos e políticas de médio prazo para as de curto prazo, pois é nela que constam as metas e prioridades da administração municipal para o exercício subsequente.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), que é uma lei de caráter anual, que deverá discriminar a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, ou seja, a estimativa das receitas, além de fixar a natureza e o total das despesas para o período.

Não havendo dúvidas e nem mais perguntas a serem feitas, foi declarada encerrado o foro de debate, eu Reinaldo da Silva pereira, Auxiliar da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de São Luís do Piauí, elaborei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será por todos assinada.

Maurício Sili de Sousa Siqueira

Júlia D. Batista

Reinaldo da Silva Pereira

Kelsimara de C. Sousa

Franisco das Chagas Araújo

Jonanda Pereira de Oliveira

Nubia dos Santos Silva

Fernando de Amor de Sousa

João do Egito Araújo Lima Júnior

Reuniao das Chagas

Luiz Maria das Santos

Udaci de Francisco Lima

Maria Ana de Souza Nogueira

Mirlândia Sousa Lourenço

Luciene Maria das Chagas

Francisco Sílton de Souza

Rosa Maria de Souza Leite

Rosilene Souza Batista

Solange Maurício Leite

Manoel João de Souza

Jose Sílton de Souza Chagas

Pedro Paulo de Souza

Ariana da Silva Bezerra

Salette Francisco da Silva